

História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX*

History and regional integration: intellectuals, agreements and books in Brazil and Argentina in the first decades of the 20th century

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

anapaulabarcelos@gmail.com

Professora Adjunta

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua General Silvestre Rocha, 87/205 - Icaraí

24220-170 - Niterói - RJ

Brasil

Resumo

O artigo analisa a reinterpretação da história desenvolvida no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Junta de Historia y Numismática Americana. Objetivamos pensar os projetos de integração regional resultantes desses diálogos, suas características ideológicas, a reaproximação com as antigas metrópoles e o papel político-pragmático então assumido pela história. O trabalho relaciona os campos da história intelectual, da história das ideias políticas e da história da historiografia, embasando-se em ampla pesquisa realizada em arquivos brasileiros e argentinos, nos quais foram reunidos, entre outros materiais, documentos diplomáticos, correspondências e anais de congressos de história. Concluímos pela existência de uma revisão conjunta do olhar sobre o passado que possibilitava a ruptura com o isolamento historicamente presente nas relações entre o Brasil e os países vizinhos. Há aqui uma reconstrução identitária e a busca de alternativas pacíficas diante dos conflitos europeus.

231

Palavras-chave

Escrita da história; Intelectual; Identidade.

Abstract

This article analyses the reinterpretation of history that emerged in Brazil and in Argentina in the first decades of the 20th century, especially starting with the activities of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) and of the Junta de Historia y Numismática Americana. Its aim is to examine the regional integration projects resulting from these dialogues, their ideological characteristics, the rapprochement with the old colonial powers, and the pragmatic-political role assumed by history at the time. The work links the fields of intellectual history, history of political ideas, and history of historiography, based on an extensive research in Brazilian and Argentine archives, which gathered diplomatic documents, correspondences and the annals of history congresses, among other source materials. In conclusion, it affirms the existence of a joint reconsideration of the view about the past, which enabled a rupture with the historical isolation that existed in the relations between Brazil and its neighboring countries. Here, one finds the reconstruction of an identity and the search for peaceful alternatives in view of the European conflicts.

Keywords

Writing of history; Intellectual; Identity.

Recebido em: 22/10/2014

Aprovado em: 1/6/2015

* A pesquisa da qual resulta este artigo foi financiada com bolsa de doutorado da CAPES e realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Seus resultados na íntegra deram origem ao livro *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*, publicado pela FUNAG em 2011.

Integração, reconhecimento e tempo histórico: um breve panorama

A releitura do passado desenvolvida dialogicamente por historiadores brasileiros e argentinos, sobretudo entre as décadas de 1910 e 1940, inseria-se em um amplo debate sobre integração regional estimulado pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países e por instituições históricas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Junta de Historia y Numismática Americana. Neste artigo, buscaremos analisar de forma sintética esta aproximação pela via do ensino e da pesquisa histórica na qual os historiadores se tornaram importantes agentes na ruptura com o isolamento interno e na construção de alternativas pacíficas na região. Ao final, apresentamos ainda o desenvolvimento de novos diálogos também com as antigas metrópoles, frutos de um interesse recíproco pela intensificação das relações políticas, intelectuais e culturais. A partir da reinterpretção do passado, foram elaborados projetos e empreendimentos que visavam à reciprocidade, cordialidade e solidariedade entre os países ibero-americanos. O intercâmbio de publicações, a assinatura de acordos internacionais, a organização de congressos de história da América e a revisão de textos de ensino de história são exemplos das ações que concretizaram estes objetivos. Assim, no período em questão, é possível visualizar um processo de intercâmbio sem precedentes na região, esvaziado no contexto do imperialismo norte-americano após a Segunda Grande Guerra e retomado, sobre novas bases políticas e ideológicas, apenas na década de 1990 com a assinatura do Tratado de Assunção que inaugurou o Mercosul.

232

A relevância deste debate torna-se ainda maior quando lembramos as desconfianças mútuas entre o Brasil e as repúblicas vizinhas ibero-americanas durante a formação de seus estados nacionais, ao longo do século XIX. Monárquico, escravista e com dimensões continentais, o Brasil, em especial no contexto do Segundo Reinado, buscava afirmação entre as novas nações investindo na construção e legitimação de uma hegemonia interna e externa. Este processo resultou em um forte antagonismo com os países vizinhos que se tornaram o Outro, os inimigos externos, a representação da forma republicana de governo e, conseqüentemente, a barbárie. Segundo Manoel Salgado Guimarães, esta definição fundamentada na oposição e no antagonismo, "trouxe conseqüências políticas visíveis, por exemplo, na formulação da política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região" (GUIMARÃES 1988, p. 7). O isolamento é um destes desdobramentos. Como informa Ricardo Salles, a política externa imperial teve como principais pautas a questão do tráfico de escravos e a posição brasileira na região do Prata. Em relação à primeira, a postura foi defensiva, já quanto à segunda "a marca foi a afirmação militar crescente no sentido de garantir a hegemonia brasileira" (SALLES 1996, p. 71). A intervenção militar contra Juan Manuel Rosas em 1852 e a Guerra do Paraguai (1864-1870) ilustram esta política externa afirmativa. A aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai não chegou a dissolver as rivalidades e desconfianças mútuas. O Brasil rejeitava a "barbárie" republicana, enquanto

seus vizinhos temiam a “planta exótica na América”, segundo metáfora corrente no século XIX, referente à monarquia e ao escravismo brasileiros.¹

Proclamada a República brasileira (1889), a aproximação por diferentes vias era um importante passo na conquista de alteridade. Investimento que ganhou destaque principalmente a partir da década de 1910, com as comemorações dos centenários das independências hispano-americanas, os festejos pela mesma razão no Brasil em 1922 e a ocorrência das duas grandes guerras europeias de consequências mundiais (1914-1918; 1939-1945). Neste contexto, aos olhos de muitos europeus, e aos próprios olhos, o chamado Novo Mundo, alvo constante da (des)qualificação moral, política e ideológica, foi percebido como alternativa pacífica aos conflitos internacionais. Daí a busca pela integração regional.

Lembramos que a desqualificação externa e a autodesqualificação da Ibero-América – miscigenada, de passado colonial e escravista – foi em grande parte responsável pelo desconhecimento que a atinge ainda hoje, no início do século XXI. Falamos de um desconhecimento que leva muitos ibero-americanos a olharem e a conhecerem mais a Europa e os Estados Unidos do que seus próprios vizinhos da região. Marcada por uma forma de reconhecimento em sentido negativo, ao Nós caberia admirar os Outros e tentar ser aceito por eles ou, em última instância, ser como eles. Afinal, conforme lembra Tzvetan Todorov (1989), o reconhecimento e a legitimação do Nós dependem da avaliação do Outro. Isto traz implicações subjetivas e dificuldades na construção identitária ibero-americana. Todorov, em outro de seus trabalhos, destaca ainda ser o reconhecimento que garante, do ponto de vista subjetivo, a existência humana. O autor aponta duas etapas na busca por reconhecimento: a primeira seria o reconhecimento de nossa própria existência; a segunda, a confirmação do nosso valor. Dissociar estas etapas seria importante, já que elas provocam reações específicas: “podemos ser indiferentes à opinião dos outros, mas não conseguimos ficar insensíveis à falta de reconhecimento de nossa própria existência” (TODOROV 1996, p. 94). Integrar seria uma forma de fortalecer identidades, respeitando particularidades.

A escrita da história foi uma das alternativas na ruptura com o isolamento e a desqualificação e na conquista de reconhecimento e legitimidade pelos países ibero-americanos. Destacamos neste artigo uma proposta de reinterpretação histórica relacionada aos interesses das classes dominantes e desenvolvida no âmbito do IHGB no Brasil e da Junta de Historia y Numismática Americana na Argentina. Nestas instituições é elaborada uma concepção de história que põe em relação de reciprocidade necessidades presentes e objetivos futuros na ressignificação da história ibero-americana. Relação, segundo Reinhart Koselleck (2006), fundamental para se pensar a teoria da história, considerando-se a existência de um tempo histórico distinto do natural. Para ele, em meio a expectativas e prognósticos de futuro é possível que passado, presente e futuro se encontrem. Seguindo esta linha, investiga “a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em

¹ Ver no livro de Ricardo Salles o capítulo “A planta exótica: o projeto político imperial” (2013, p. 41-74).

relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro” (KOSELLECK 2006, p. 15). Orientação teórica e metodológica que permeia nossa análise. Inseridas em uma forte relação com o poder político, especialmente na década de 1930, o IHGB e a Junta funcionaram como legitimadores de uma consciência nacional através da história. Esta ensinaria a ser brasileiro e argentino. Era preciso buscar no passado aspectos e interesses comuns que favorecessem a cordialidade e o pacifismo. A história, portanto, tornava-se importante aliada desta geração de intelectuais balançados pelas transformações políticas ibero-americanas e pelos conflitos europeus.

Para os membros do IHGB e da Junta, a história ensinaria, forneceria exemplos e formaria as novas gerações. Para eles, no contexto de construção da modernidade no Brasil e na Argentina, a história seria a mestra da vida. Esta visão de história, nestes países de passado colonial ibérico, não teria sido dissolvida, ao contrário do que diz Koselleck ter ocorrido após a Revolução Francesa. Na visão destes homens, que viviam tempos de intensas mudanças políticas, o passado ensinaria através da experiência. Não poderia ser repetido, mas equilibraria o presente e o futuro, conferindo características moderadas e conservadoras à modernização vivida desde o final do século XIX no Brasil e na Argentina. A história mestra da vida convive com a modernidade e experimenta as tensões oriundas dos avanços das ideias iluministas e do contexto de desenvolvimento do positivismo na segunda metade do Oitocentos. A história, ao relacionar modernidade e tradição, refletia as ambivalências características deste processo.

234

Tradição x modernidade: a república brasileira, o IHGB e a Junta Americana

A modernidade almejada no IHGB apresentava-se marcada pela tradição monárquica e católica brasileira, capaz de impedir que a euforia republicana apagasse a história até então construída no país. Fundado em 1838, com fortes vínculos monárquicos e financiado pelo Império, a partir de 1889 o Instituto teve suas atividades dificultadas pelo novo regime republicano. Lucia Guimarães (2007), que estuda o percurso do IHGB do final do Império ao período Vargas, quando ele contará novamente com a proteção direta do poder político, destaca o discurso de posse de Joaquim Nabuco em 1896. Nele, Nabuco identificava uma crise a ser superada nos estudos sobre a história pátria: o esquecimento ao qual o passado monárquico vinha sendo relegado em razão do novo contexto político. Nabuco e outros intelectuais monarquistas, como Max Fleiuss, Afonso Celso de Assis Figueiredo e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão – a chamada “trindade do *Silogeu*” (GUIMARÃES 2007, p. 59)² –, viam-se em meio aos conflitos e ambivalências gerados pela adaptação (muitas vezes forçada) a este contexto.

Prestes a fechar as portas, a instituição precisou criar estratégias para fugir ao isolamento no qual se encontrava desde 1889. Entre outras medidas, Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão o aproximaram do Ministério das Relações

² Os três representantes do IHGB tiveram atuação central na primeira metade do século XX, investindo na revitalização do Instituto no contexto republicano. Monarquistas e católicos, buscaram modernizá-lo sem perder os vínculos com o passado e a tradição.

Exteriores, em especial a partir do convite ao Barão do Rio Branco para que assumisse a presidência do Instituto em 1908 – função que exerceu até 1912, ano de sua morte. Segundo Lúcia Guimarães, este acontecimento foi decisivo para que o IHGB se reerguesse sem os privilégios concedidos pelo Imperador. O Barão esforçou-se em minimizar o afastamento do país em relação às repúblicas vizinhas herdado ainda do período monárquico, colocou o Brasil em posição de liderança nos assuntos ibero-americanos e buscou projetá-lo na comunidade internacional. A política diplomática do Barão intensificou o intercâmbio intelectual com instituições ibero-americanas. Com isto, muitos intelectuais e diplomatas da região passaram a compor o quadro de sócios do instituto. Orientação seguida por Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão após sua morte. A nomeação do historiador argentino Ricardo Levene como sócio correspondente e representante do Primeiro Congresso de História da América, realizado no Rio de Janeiro em 1922, insere-se nesta política voltada para o ibero-americanismo.

Membro e presidente da Junta de Historia y Numismática Americana entre 1927 e 1931 e 1934 e 1938, Levene representava um campo historiográfico em transformação. A partir da década de 1920 desenvolveu-se na Argentina a Nova Escola Histórica, um movimento de renovação historiográfica baseado em uma visão nacionalista e americanista de história (DEVOTO 2006, p. 5-35). Ao mesmo tempo, destaca-se o investimento na comprovação empírica, na busca pela suposta verdade histórica e na criação da imagem do historiador profissional. Critérios metodológicos, segundo Alejandro Eujanian (2003), inspirados na leitura de Langlois e Seignobos e no historiador espanhol Rafael Altamira – este último de grande influência nesta geração e bastante próximo a Levene. Estes historiadores teriam a tarefa de formar a consciência nacional a partir da escrita e do ensino da história. Preocupação inserida em um contexto de construção da própria identidade em meio ao grande fluxo imigratório que atingia o país. Diante do número de estrangeiros não naturalizados e fiéis à língua e cultura de origem, o ensino da história pátria ganhava papel de destaque. Apesar dos diferentes tons conferidos a este debate por correntes ideológicas opostas, Lilia Bertoni (2007) afirma que, neste contexto, o ensino da história era uma forma de destacar o civismo, construir uma memória coletiva e consolidar a nação. O conhecimento histórico seria capaz de preservar os principais traços da nacionalidade e solucionar a vulnerabilidade da Argentina diante da imigração. Ao aglutinar o presente, o passado construiria o futuro.

Levene, bem como os demais historiadores da Nova Escola Histórica, nasceram neste contexto marcado pela imigração, sendo eles mesmos filhos de imigrantes. Assim, a escrita da história foi diretamente influenciada pelos efeitos da imigração na formação da identidade nacional argentina. A história era convocada devido ao seu poder de coesão. Daí a necessidade de reescrever a história pátria, partindo-se especialmente do período colonial, anterior à imigração e cerne da formação da nacionalidade. Para Levene, pensando, já em 1946, o papel do estudo e da escrita da história para as nações:

A história não é um saber teórico, um modo de evadir-se do presente, subtraindo-nos da ação, para admirar em atitude contemplativa uma paisagem luminosa do passado, épocas, fatos, homens mais gratos ao nosso espírito. O passado e sua precipitação histórica formam parte da realidade social e do drama do presente, mas não a história sem homens ou em abstrato, mas sim o acontecido, o que acontece em constante sucessão e superação, ajudando-nos a uma interpretação da nossa própria existência e considerando o histórico como uma dimensão fundamental da vida humana (LEVENE 1946, p. 18, tradução nossa).³

Assim, a história traria coesão, unidade e sentimento de nacionalidade a países marcados pela heterogeneidade cultural e social. Útil para o presente, “uma dimensão fundamental da vida humana”, ela seria ainda “expressão palpitante da vida de um povo, de sua unidade no espaço e de sua continuidade no tempo” (LEVENE 1946, p. 19, tradução nossa).⁴

Apesar do surgimento de um conjunto de ideias oposicionistas, como o revisionismo histórico (DONGHI 2006) nos anos 1930, a versão da história nacional desenvolvida pela Nova Escola Histórica e divulgada pela Junta de Historia y Numismática Americana seguiu predominante até converter-se em uma história oficial. Sua grande proximidade com o Estado garantiu protagonismo na produção desta história, além de permitir que, em 1938, por decreto do presidente Agustín Justo, a Junta se tornasse Academia Nacional de la Historia Argentina.

Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1922, Levene encontrou também um campo historiográfico em fase de profissionalização, contexto muito próximo ao vivido por ele e seus pares argentinos envolvidos na Nova Escola Histórica. Angela de Castro Gomes lembra que no começo do século XX os historiadores apenas começavam a contar com alguma produção e com o respaldo do IHGB, que naquele momento se expandia pelo Brasil como forma de organizar um esforço coletivo em vista do estudo da história pátria. As próprias preocupações metodológicas dos historiadores brasileiros condiziam com aquelas que os argentinos buscavam implementar nos estudos históricos no país. De acordo com Angela, o historiador neste período era identificado a partir do “trabalho de pesquisa documental: de busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento’ do documento” (GOMES 1996, p. 122). Não era preciso necessariamente desenvolver textos originais. Divulgar trabalhos de autores considerados fundamentais e trazer documentos ao conhecimento público eram sim as tarefas mais importantes a serem desenvolvidas.

Não apenas a profissionalização e a preocupação teórica e metodológica com a verdade a partir da pesquisa empírica serviram como pontos de interseção entre os campos historiográficos brasileiro e argentino. Outras características contribuíram para este processo, tais como a formação da consciência nacional, os estudos de história pátria, as relações com o poder político, o retorno ao passado

³ No original: “La Historia no es un saber teórico, un modo de evadir el presente, subtrayéndonos a la acción, para admirar en actitud contemplativa un paisaje luminoso del pasado, épocas, hechos, hombres más gratos a nuestro espíritu. El pasado y su precipitación histórica forman parte de la realidad social y del drama del presente, pero no la historia sin hombres o en abstracto, sino lo acaecido y lo que acaece en constante sucesión y superación, ayudándonos a una interpretación de nuestra propia existencia y considerando lo histórico como una dimensión fundamental de la vida humana”.

⁴ No original: “La Historia es expresión palpitante de la vida de un pueblo, de su unidad en el espacio y de su continuidad en el tiempo”.

colonial, a releitura positiva das metrópoles ibéricas, os entrelaçamentos entre liberalismo e conservadorismo, as marcas de uma história ainda mestra da vida que auxiliaria na preservação da ordem e das hierarquias. Percebemos, portanto, uma série de aspectos que geraram afinidades entre indivíduos e instituições de modo a favorecer diálogos intelectuais em torno do pensamento histórico. Trata-se de um período de mudanças no campo historiográfico e de modernização das instituições históricas. Trata-se, ao mesmo tempo, de um contexto histórico e político de conflitos internos e externos no qual se experimentou a queda das antigas estruturas de poder oligárquicas, o surgimento de governos radicais, a crise do liberalismo e a ascensão das ideias nacionalistas; além da Primeira e da Segunda Guerras, da Guerra Civil Espanhola e dos governos fascistas na península Ibérica. A hesitação e a necessidade de adaptação foram comuns a muitos destes intelectuais, ora por serem liberais em conjunturas mais conservadoras, ora por serem monarquistas inseridos na República, ora por serem católicos em um período de laicização e radicalização política. Esta busca conjunta por um caminho a seguir diante das transformações da modernidade acabou envolvendo diretamente a própria integração regional entre Brasil e Argentina.

Empreendimentos conjuntos: revisões e traduções

Os diálogos sobre a escrita da história entre Brasil e Argentina geraram uma série de empreendimentos conjuntos que aos poucos foram expandidos para o restante da Ibero-América. O princípio básico desta integração seria a propagação da união e do pacifismo para as gerações futuras. Afinal, esta união seria necessária para o fortalecimento do conhecimento aqui produzido, favoreceria o processo de obtenção de reconhecimento e legitimidade pelos países ibero-americanos e construiria uma alternativa pacífica diante das guerras europeias. Entre estes empreendimentos, destacamos o já citado Congresso de História da América realizado no Rio de Janeiro (1922), sua reedição em Buenos Aires (1937), e os projetos de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia (1933) e das Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana (1937) e de Autores Argentinos traduzidos ao Português (1938). Estes últimos se prolongaram por toda a década de 1940 chegando ao início dos anos 1950, o que nos permite dizer que a aproximação entre Brasil e Argentina foi preocupação central para estas instituições e para a política externa destes países ao longo de pelo menos trinta anos na primeira metade do século XX. Partindo de historiadores e intelectuais brasileiros e argentinos, estes projetos integracionistas foram expandidos para outros países ibero-americanos e geraram frutos, mas foram praticamente apagados após a Segunda Grande Guerra, com o imperialismo norte-americano e as sucessivas ditaduras na região. Estes diálogos intelectuais alcançaram, assim, forte significado político. Aprofundar-se não apenas no estudo do próprio passado, mas também na trajetória do país vizinho, além de fortalecer a nacionalidade, integraria países com histórias próximas, mas que demandavam maior conhecimento mútuo. Não por acaso o desenvolvimento do próprio campo da história da América se insere neste contexto.

Os atores sociais envolvidos neste processo tinham clareza deste papel político integracionista da história. Para Max Fleiuss, em fala na qual se refere ao Congresso de História da América de 1922, a reunião de intelectuais para debater a história da América representava um “seguro elemento de êxito para a solidariedade intercontinental, de maior eficácia que a de quaisquer outros serviços de aproximação diplomática” (FLEIUSS 1928, p. 347). Ainda exaltando o evento afirma que “sob o ponto de vista do intercâmbio intelectual e da amizade recíproca entre as nações co-irmãs do Novo Mundo; vale por um tratado de comércio de ideias e cordialidade fraternal” (FLEIUSS 1928, p. 347). Como presidente da segunda edição do congresso, realizada em Buenos Aires, em 1937, ao recepcionar as delegações estrangeiras, Levene destacou sua função de defender e preservar “o patrimônio moral de sentimentos e ideais solidários dos povos irmãos da América” (LEVENE 1938, p. 13, tradução nossa).⁵ Em carta a Fleiuss, no mesmo ano, afirmou tratar-se “de um momento de excepcional significado para a cultura da América” (LEVENE 1937, tradução nossa).⁶

Entre suas principais decisões estava a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia que seguia uma tendência de renovação dos estudos históricos defendida por historiadores europeus após a Primeira Guerra. Desenvolvida inicialmente entre Brasil e Argentina, a partir de 1933, no contexto dos governos Getúlio Vargas no Brasil e Agustín Justo na Argentina, a Revisão propunha a análise dos livros e textos, didáticos ou não, referentes à história e à geografia brasileiras e argentinas com o objetivo de modificar e/ou apagar conteúdos que pudessem prejudicar a imagem do país vizinho. Deste modo, tendo como princípios básicos a generalidade, a solidariedade, o idealismo, a americanidade e a veracidade, a Revisão deveria eliminar resquícios de animosidade que pudessem atingir as futuras gerações responsáveis pelas relações diplomáticas na região. Nos anos posteriores à sua criação, foi expandida para outros países ibero-americanos como Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e República Dominicana.

O texto oficial do convênio de revisão, publicado em 1936 pela Imprensa Nacional, registrava a necessidade de se desenvolver o pleno conhecimento do país vizinho para que as futuras gerações pudessem construir relações de amizade e trocas culturais. Assim, todos os pontos que estimulassem conflitos entre países americanos deveriam ser apagados ou reinterpretados. Consta no convênio:

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, animadas do desejo de ainda mais estreitar as relações de amizade que as unem, convencidas de que essa amizade mais se consolidará pelo perfeito conhecimento que tenham as novas gerações, tanto da geografia como da história de suas respectivas pátrias, expurgados os textos de ensino daqueles tópicos que recordem paixões de épocas pretéritas, quando ainda não se haviam perfeitamente consolidado os alicerces de suas nacionalidades [...] (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores 1936).

⁵ No original: “[...] el patrimonio moral de sentimientos e ideales solidarios de los pueblos hermanos de América”.

⁶ No original: “[...] de un momento de excepcional significado para la cultura de América”.

Em entrevista datada de dezembro de 1933, Levene ressaltou a importância da revisão destacando a necessidade de “educar as jovens gerações no culto da própria pátria e no sentimento de amor e harmonia dos povos da América entre si” (LEVENE 1933, tradução nossa).⁷ Defendia ainda ser preciso não condenar os conflitos anteriores e “destacar o valor transcendental do sentimento ibero-americano” (LEVENE 1933, tradução nossa).⁸ Assim, a história contribuiria “para uma futura política de compreensão recíproca e de paz duradoura” (LEVENE 1933, tradução nossa).⁹

A preocupação com o alcance de objetivos políticos e a formação das futuras gerações era constante. Em 1944, ao comentar os empreendimentos integracionistas dos últimos anos, Levene afirmava estarem eles destinados “a irradiar uma influência fecunda na educação das novas gerações e na formação do critério de compreensão dos governantes e homens públicos” (LEVENE 1944, tradução nossa).¹⁰ Referia-se não apenas à Revisão, mas às Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português. Visitando o Brasil em 1936, a fim de acompanhar os trabalhos de revisão dos textos de ensino de história e geografia, Levene se empenhou em negociar a organização da Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana que seria iniciada com financiamento do presidente Agustín Justo. Em retribuição, o Itamaraty propôs também investir na tradução de duas obras argentinas, quantidade ampliada nos anos seguintes. Concretizadas, respectivamente, a partir de 1937 e 1938, as bibliotecas argentina e brasileira traduziram ao longo de cerca de quinze anos autores como os argentinos Bartolomé Mitre, Juan Alberdi, Domingo Sarmiento e Rodolfo Rivarola, além do próprio Ricardo Levene; entre os brasileiros traduzidos destacamos Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Rui Barbosa, Pedro Calmon e Ronald de Carvalho (BARCELOS 2011, p. 266-302). Como vemos, prevaleciam autores relacionados aos campos da história, da literatura e do direito, ligados ao Itamaraty e vinculados direta ou indiretamente ao pensamento católico. O início do governo Perón na Argentina, o fim da chamada Era Vargas no Brasil e da Segunda Guerra arrefeceram os ânimos integracionistas e estes projetos não resistiram ao imperialismo norte-americano e aos posteriores governos ditatoriais.

A reaproximação com as antigas metrópoles

Acreditamos ainda que, além de terem sido centrais na ruptura com o isolamento interno na Ibero-América, estes diálogos formaram parte de um processo de reaproximação com as antigas metrópoles, já que, após um período de conflitos pós-independência, as matrizes ibéricas se tornaram vetores de qualificação para países de passado colonial. Se Brasil e Argentina em conjunto propunham a releitura de suas histórias e o desenvolvimento da história da

⁷ No original: “[...] educar a las jóvenes generaciones en el culto de la propia pátria y en el sentimiento de amor y armonía de los pueblos de América entre sí”.

⁸ No original: “[...] el valor transcendental del sentimiento iberoamericano”.

⁹ No original: “[...] para una futura política de comprensión recíproca y de paz duradera”.

¹⁰ No original: “[...] a irradiar una influencia fecunda en la educación de las nuevas generaciones y en la formación del criterio de comprensión de los gobernantes y hombres públicos”.

América, esta releitura em si deveria conter um discurso positivo em relação às antigas metrópoles que atenuasse o sentido negativo do colonialismo. De um lado, este exercício interpretativo garantiria o reconhecimento daqueles que seriam fundamentais para suas existências. De outro, reaproximaria as matrizes europeias de modo a minimizar, ao menos em parte, suas características desqualificadoras. Afinal, os ibero-americanos também seriam europeus, ou melhor, descendentes de europeus, mesmo que mesclados a indígenas e africanos. Sua matriz principal seria europeia e católica. Neste sentido, o colonialismo não poderia mais ser visto exclusivamente como negativo ou predatório. Esta leitura tendia a afastar do olhar sobre o passado a perspectiva do conflito, da violência e da exploração. Embora não tenha sido hegemônica, exerceu importante papel entre historiadores que tinham como tarefa a elaboração de uma história oficial condizente com as necessidades do contexto das primeiras décadas do século XX. A ênfase no catolicismo ibérico seria também parte constitutiva desta identidade ibero-americana e serviria como forma de promover a unidade e combater a expansão do protestantismo norte-americano na região. Interpretação que interessou a intelectuais e políticos conservadores e liberais.

Deste modo, enquanto ao longo de boa parte do século XIX, mesmo com a visão positiva em relação à dinastia de Bragança já construída no IHGB desde 1838, foram vários os conflitos entre as antigas colônias e metrópoles diante dos riscos de recolonização e da necessidade de valorização dos aspectos constitutivos das novas nações, no início do século XX, o olhar sobre Portugal e Espanha foi transformado. Neste contexto, cabia legitimar as novas nações diante do Outro que será seu interlocutor e, conforme dissemos, é fundamental para sua própria existência subjetiva. Afinal, se o reconhecimento formal da independência já havia sido obtido, era preciso mais do que isto para ser aceito na esfera internacional. Era preciso validar o que aos olhos do Outro haveria de positivo e apagar ou amenizar as características mais constrangedoras, entre elas a miscigenação, já que o contexto teórico do período era de hegemonia do paradigma evolucionista. Aqui caberia retomar as matrizes europeias como forma de autoqualificação e de dizer que somos também europeus, parte deste conjunto, frutos da dita civilização europeia. Este processo fortaleceria os países ibero-americanos na mesma proporção que sua integração em si. Lembramos que nossa opção em utilizar as expressões Ibero-América ou América Ibérica (e não América Latina, que consideramos mais adequada para o contexto posterior à Segunda Guerra) condiz com este objetivo de reaproximação com a península Ibérica. Quando falamos em Ibero-América chamamos atenção para a formação católica destes países, vista de forma bastante simpática pelos historiadores que trabalhamos¹¹. Ademais, destacamos neste ponto a influência de Richard Morse, pois a expressão realça “a herança ideológica e institucional que o Novo Mundo recebeu das nações que lhe deram origem” (MORSE 1988, p. 14).

¹¹ Há um amplo debate acerca do conceito de América Latina não abordado nas páginas deste artigo. Consideramos ser este um conceito em disputa e constantemente redefinido desde o século XIX até a atualidade. Suas leituras envolvem diferentes posições ideológicas e campos de conhecimento, como a diplomacia, a história e a literatura. Mas, não é nosso objetivo tratá-las aqui. Sobre o tema, entre outros trabalhos, ver: João Feres Júnior (2005); Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho (2010); e Patricia Funes (2006 e 2014), presentes nas referências bibliográficas.

Isto se dá, cabe ressaltar, em meio a um olhar elitista, excludente ou excessivamente apaziguador que interessava às classes dominantes brasileira e argentina. Assim, vemos propostas integracionistas que podem em alguns momentos soar progressistas, mas estão, na verdade, pautadas em princípios conservadores. São propostas relacionadas a uma ideologia dominante que visava apagar ou atenuar o passado colonial, a miscigenação, os afrodescendentes, índios e inúmeros imigrantes que compõem a formação social da Ibero-América. Propostas que visaram integrá-los, mas também excluí-los; enquadrá-los em padrões civilizacionais brancos e europeus; e que aplicaram aqui o olhar reprovador e homogeneizador europeu. De certo modo, apontamos para uma forma de integração por cima que frequentemente oprime mais do que liberta e aumenta a desqualificação, já que não reconhece as características mais pulsantes e os conflitos políticos, culturais e identitários da região. Consideramos a história, e os objetivos de elaboração de uma história oficial, como local privilegiado no qual estas perspectivas aparecem. Afinal, a partir dela apresentam-se leituras do passado condizentes com preocupações presentes e projetos de um futuro pacífico entre os países da América Ibérica em si e deles com suas antigas metrópoles. Pensar a teoria da história na América Ibérica significa, portanto, mais do que uma análise de conceitos e métodos de pesquisa histórica. Significa compreender os problemas concretos e subjetivos que a análise histórica representava para indivíduos oriundos de uma formação social miscigenada e marcada pelo passado colonial.

Acreditamos que quatro historiadores ganharam destaque neste processo de aproximação pela via da história: os já citados Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, e Ricardo Levene, presidente da Junta de Buenos Aires entre os anos de 1927 e 1931, 1934 e 1938; o crítico literário e historiador português Fidelino de Figueiredo e o também historiador e jurista espanhol Rafael Altamira.¹² Membros de importantes instituições históricas em seus países e correspondentes de outras estrangeiras, eles promoveram, através do contato pessoal e/ou da troca de publicações e correspondências, um importante diálogo sobre a escrita da história. São historiadores que representam a aproximação entre Brasil e Argentina e destes países com as antigas metrópoles, auxiliando-nos a pensar questões caras a sua geração: como estudar o passado colonial e seus aspectos positivos e negativos; como construir alternativas em vista da superação deste mesmo passado de dominação; como valorizar a história nacional sem romper por completo com as antigas metrópoles; como elaborar uma interpretação da história que trouxesse à tona uma cultura e ideias próprias, sem invalidar o passado colonial. Enfim, como equilibrar autonomia e busca de reconhecimento, rupturas e continuidades, mudanças e permanências.

¹² Lembramos que ao tratarmos de um campo ainda em fase de profissionalização, os historiadores tinham formação e atuação em diferentes áreas. Assim, podiam ser juristas, bacharéis em direito, médicos, literatos, poetas, jornalistas, críticos literários... Com inspiração em Angela de Castro Gomes (1996), estamos considerando como historiadores aqueles que produziam conhecimento histórico diferenciando-o da literatura e da filosofia, em geral baseado na pesquisa documental.

Em busca de dados que possibilitem a reflexão sobre estas questões, pensamos não apenas o diálogo de Fleiuss e Levene entre si,¹³ mas também deles com estes interlocutores portugueses e espanhóis. Todos figuras representativas na defesa da retomada dos diálogos intelectuais entre antigas colônias e metrópoles; representativos de um movimento de circulação cultural e de ideias, tal como trabalhado por Carlo Ginzburg (1989, p. 5-93), que se dava entre dois lados do Atlântico. Movimento este que, inclusive, relativizou a relação centro/periferia, já que o interesse pela reaproximação era recíproco e representou um importante investimento na Península Ibérica desde o fim definitivo do seu mundo colonial com a independência de Cuba, Porto Rico e Filipinas em 1898. A derrota espanhola e o avanço norte-americano na região levaram a um conjunto de reflexões e ações práticas que tinham como objetivo a reaproximação entre ex-metrópoles e ex-colônias. Este processo gerou a nostalgia em relação ao passado conquistador do país e a percepção de que algo deveria ser feito a fim de inseri-lo em uma modernidade a qual não fora capaz de acompanhar. Em 1900, Rafael Altamira falava da necessidade de aproximação da Espanha com as antigas colônias em razão de interesses e características semelhantes:

[...] está posta [...] na ordem do dia a questão das relações entre a Espanha e suas antigas colônias, convertidas hoje em povos de admirável vitalidade substantiva, em nações e Estados de luminoso porvir no caminho da civilização.

Todo mundo está convencido da necessidade de estreitar estas relações, cuja razão se funda na existência de algo verdadeiramente essencial, comum a espanhóis e americanos, em quem [...] alenta um mesmo espírito, gerador de análogas qualidades úteis a desenvolver, defeitos semelhantes a corrigir e interesses idênticos a salvaguardar de estranhas absorções (ALTAMIRA 1900, tradução nossa).¹⁴

242

Para Altamira, os “povos” ibero-americanos teriam ainda um “luminoso porvir no caminho da civilização”. Seriam vistos por um prisma europeu que os (des)qualifica. Ao mesmo tempo, sua fala exemplifica a força da proposta de retomada das relações entre antigas colônias e metrópoles e sugere que este interesse era correspondido. O hispanismo fortalecido neste período teria a função de construir uma identidade comum à Espanha e suas antigas colônias, através da tradição, da história, da língua e da religião (católica, em oposição ao protestantismo norte-americano). José Luis Beired (2006) informa ser esta uma tentativa de reação à decadência espanhola e de busca de modernização em diferentes sentidos. Ainda segundo ele, no início do século XX, em especial

¹³ Para uma análise da correspondência trocada entre Fleiuss e Levene como janela de reflexão para a análise do desenvolvimento do ibero-americanismo e da integração regional, ver outro artigo da autora intitulado “Max Fleiuss e Ricardo Levene: Diálogos sobre o ibero-americanismo e a escrita da história no Brasil e na Argentina”, publicado em 2012 na *Revista do IHGB*. As cartas, datadas sobretudo das décadas de 1920 a 1940, evidenciam o quanto o intercâmbio foi percebido por estes intelectuais como caminho de ruptura com o isolamento e o desconhecimento mútuo que atingiam os países ibero-americanos.

¹⁴ No original: “[...] ponen [...] a la orden del día la cuestión de las relaciones entre España y sus antiguas colonias, convertidas hoy en pueblos de admirable vitalidad sustantiva, en naciones y Estados de luminoso porvenir en el camino de la civilización. Todo el mundo está convencido de la necesidad de estrechar estas relaciones, cuya razón se funda en la existencia de algo verdaderamente esencial, común a españoles y americanos, en quienes [...] alienta un mismo espíritu, generador de análogas cualidades útiles que desarrollar, defectos semejantes que corregir e intereses idénticos que salvar de extrañas absorciones.”

na década de 1910, estes objetivos foram instrumentalizados pelo Estado a fim de construir uma nova imagem da Espanha na América. Após os anos 1930, a ditadura franquista teria se servido destas ideias, tornando-as instrumento da extrema-direita.¹⁵

Os ecos deste interesse espanhol pela América também foram sentidos em Portugal, de modo que seu interesse pelo Brasil será aprofundado até o fim da ditadura salazarista na década de 1970, assim como ocorreu no governo do General Francisco Franco no país vizinho. Para ambas as ditaduras, ao informar seus objetivos nacionalistas, a ênfase no passado conquistador ibérico era bastante útil. Cabe destacar, mais uma vez, que este americanismo salazarista e franquista era, na verdade, uma releitura conservadora da perspectiva defendida por Fidelino e Altamira a partir, sobretudo, dos anos 1910. Fidelino foi ministro da Instrução Pública em Portugal (1914-1915) e duas vezes diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1918-1919; 1927). Esteve exilado no Brasil entre 1938 e 1951, fugindo do governo de Antonio Salazar. Aqui dirigiu a cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e manteve intensa rede de sociabilidade.¹⁶ Bem antes disto já havia experimentado o exílio: após a instauração do Estado Novo em Portugal em 1926, exilou-se na Espanha, entre 1927 e 1929, por ter participado da oposição ao regime. Lá foi influenciado pelo hispanismo. Segundo Ricardo Rodríguez (2000), esta tendência já era marcante em seu pensamento desde 1913 quando foi estudar em Madrid, tomando contato com importantes figuras das inovações intelectuais e historiográficas espanholas.

Fidelino foi ainda considerado o mais importante representante português da geração de 1898¹⁷, sendo muito influenciado por Miguel de Unamuno. Buscava a construção da identidade portuguesa por meio de aspectos mais emocionais e espirituais e menos racionalistas, em uma crítica ao predomínio da razão a partir do século XVIII. Com divergências com Altamira, sobretudo quanto ao seu positivismo que tanto combatia, Fidelino manteve contato intelectual com ele; apresentavam afinidades baseadas no combate ao autoritarismo e na busca pela paz em um contexto de guerras e radicalização política. Embora conservadores em alguns pontos, eram intelectuais de caráter democrático que se opuseram às ditaduras europeias e à ascensão do nazi-fascismo, tanto que se exilaram no Brasil e no México, respectivamente, a partir da década de 1930. Altamira, inclusive, recusou-se a voltar à Espanha enquanto durasse o regime franquista, somente encerrado duas décadas após sua morte, em 1951.

¹⁵ Neste período, surge o conceito de *hispanidad*, defendido pelo tradicionalismo católico. Seu principal idealizador foi o intelectual espanhol Ramiro de Maeztu.

¹⁶ Entre os pares intelectuais brasileiros com os quais Fidelino de Figueiredo dialogou destacam-se Jonathas Serrano, Manuel Bandeira, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto e o Padre Leonel Franca. Lembramos também sua indicação como sócio do IHGB ainda em 1913 por Viveiros de Castro e para a Academia Brasileira de Letras, em 1942, por Alceu Amoroso Lima. Importantes lideranças católicas, portanto, compõem sua rede de sociabilidade. Um rico e instigante acervo que permite seu aprofundamento são as correspondências passivas de Fidelino depositadas na Biblioteca Florestan Fernandes na FFLCH/USP.

¹⁷ Protagonizada por Unamuno, partia de referenciais estéticos, filosóficos e literários na tentativa de superar a crise moral, política e social espanhola após as independências de 1898. Apontava a existência de uma Espanha real, fracassada, bastante distinta daquela oficial, falsa e aparente. Eram marcados pela frustração e pelo pessimismo em relação aos rumos do país.

Retomamos aqui a fluida relação entre centro e periferia apontada por Carlo Ginzburg (1989). O território antes visto como a representação do atraso se tornou local de diálogo e acolhimento diante dos conflitos políticos da Europa na primeira metade do século XX. A própria posição das ex-colônias nas relações com Portugal e Espanha, portanto, é transformada, ganhando novo *status*. Evidentemente, não há uma ruptura com a perspectiva de desqualificação que as envolve, até porque ainda hoje se combate este olhar dos Outros e de si sobre si mesmo. Porém, ocorre aqui uma relativização dos papéis historicamente direcionados a Brasil e Argentina, de um lado, e a Portugal e Espanha, de outro. Se as relações de dominação e a desqualificação inseridas no diálogo entre antigas colônias e metrópoles não se dissolvem, as transformações históricas e sociais movimentam posições e alteram papéis, conferindo novos significados às relações sociais e humanas. Se brasileiros e argentinos, em busca de legitimidade, retomaram o contato com as antigas metrópoles, estas também olharam para o chamado Novo Mundo à procura de alternativas pacíficas para os conflitos políticos e sociais europeus após a crise da razão e do liberalismo econômico entre o final do século XIX e o início do XX. Assim, Fidelino e Altamira ilustram como a América desqualificada pelo colonialismo e pela miscigenação acabou se tornando uma alternativa para intelectuais portugueses e espanhóis insatisfeitos, inadaptados e/ou exilados. Neste contexto, eles propuseram uma revisão historiográfica em seus países que incluía a elaboração de novos olhares sobre as antigas colônias.

244

Vemos, portanto, que a integração pela via intelectual se dava em diferentes sentidos. Os diálogos sobre a escrita da história entre Brasil e Argentina inseriam-se em um processo de integração regional que incluía, simultaneamente, a reaproximação com as antigas metrópoles de forma a enfatizar as matrizes europeias e católicas. Interesse correspondido e alimentado por Portugal e Espanha em busca de modernização. Fleiuss, Levene, Fidelino e Altamira servem como janela de reflexão para um processo amplo que envolvia política e história na ruptura com o isolamento – ibérico e ibero-americano. Neste sentido, acreditamos que a temática aqui analisada ilustre o caráter político e pragmático assumido pela história no contexto de construção da modernidade. Da reinterpretação do passado dependeria a construção do futuro. Os empreendimentos conjuntos desenvolvidos por Brasil e Argentina entre as décadas de 1910 e 1940 apresentaram novos caminhos integracionistas, mesmo que a partir de uma vertente dominante, católica e liberal conservadora. O imperialismo e as ditaduras favoreceram seu esquecimento. Outras tentativas, amplas, de caráter oficial, empreendidas por governos e seus Ministérios das Relações Exteriores, só foram possíveis décadas depois – em um novo contexto, com orientações ideológicas e atores sociais distintos.

Referências bibliográficas

ALTAMIRA, Rafael. Cuestiones nacionales – América y España. **El Liberal**, Madrid, 18 de abril de 1900.

- BARCELOS, Ana Paula. **Diálogos sobre a escrita da história**: Brasil e Argentina (1910-1940). Brasília: FUNAG, 2011.
- _____. Max Fleiuss e Ricardo Levene: diálogos sobre o ibero-americanismo e a escrita da história no Brasil e na Argentina. **Revista do IHGB**, n. 173, v. 454, p. 209-236, 2012.
- _____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Junta de História e Numismática Americana: O papel integracionista da escrita da história (1910-1940). **Revista do IHGB**, n. 175, v. 462, p. 59-80, 2014.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, Campinas, 2006.
- BERTONI, Lilia Ana. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas**: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937).
- CATTARUZZA, Alejandro. **Historia de la Argentina, 1916-1955**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA DA AMERICA** (1937). Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938, p. 13. Palabras de los miembros de la mesa organizadora del Congreso. Ricardo Levene, presidente del Congreso.
- DEVOTO, Fernando (org.). **La historiografía argentina en el siglo XX**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2006.
- DONGHI, Tulio Halperin. **El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.
- EUJANIAN, Alejandro. Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920. In: CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro (orgs.). **Políticas de la historia**: Argentina 1860-1960. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 69-99.
- FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005.
- FLEIUSS, Max. **Páginas de História**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- FUNES, Patricia. **Historia mínima de las ideas políticas en América Latina**. México: Turner, 2014.
- _____. **Salvar la nación**: Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

- GINZBURG, Carlo. História da Arte Italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (orgs.). **A Micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Bertrand Brasil/ Lisboa, Difel, 1989, p. 5-93.
- GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: HISTÓRIA E CIDADANIA. XIX SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. 1997, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Anpuh, Humanitas, USP, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, p. 5-27, 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LEVENE, Ricardo. **La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad**. Buenos Aires/México: Espasa-Calpe Argentina, 1946.
- 246 _____. **La iniciativa argentina sobre la revisión de los textos y la enseñanza de la historia nacional y americana**. Buenos Aires, 1944. Texto datilografado, sem referência.
- _____. "Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria". Entrevista com Ricardo Levene. s/n, 06 de dezembro de 1933. Arquivo pessoal de Ricardo Levene. Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros).
- _____. **[Carta]** 1938, Buenos Aires [para] Max Fleiuss. Acervo IHGB. 2 folhas.
- MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NEDER, Gizlene Neder; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o conceito de América Latina: uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. **Pilquen**, Sección Ciencias Sociales, Dossier Bicentenario, Año XII, n. 12, p. 1-7, 2010.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Traços intelectuais de Fidelino de Figueiredo. **Carta Mensal**, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, v. 45, n. 539, p. 36-63, 2000.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum**: ensaio de antropologia geral. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Nous et les autres**: la réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

Acervo consultado

Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros);
Arquivo Histórico do Itamaraty; IHGB.